

EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos a primeira edição da Revista -HIV+, com os projetos das Organizações da Sociedade Civil (OSC) financiados pelo Programa Municipal de DST/Aids da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, através da seleção pública de 2010.

A resposta organizada à epidemia é fruto de vários movimentos no país, em busca não só de saúde, mas também de democracia e de respeito aos direitos humanos. As organizações comunitárias vêm ampliando o seu leque de ação e a sua capacidade de acompanhar o avanço da política, com monitoramento, parcerias e muito trabalho conjunto em meio às adversidades.

O enfrentamento da epidemia de aids na cidade de São Paulo reúne, ao longo do tempo, atores que se organizam na busca da institucionalização das políticas públicas capazes de responder às necessidades da população que chega ao Sistema Único de Saúde. Parte considerável desse enfrentamento é representada pelas OSC. No processo, somaram-se esforços, aglutinaram-se pessoas e ampliou-se o conhecimento para a implantação da política de DST/aids no município de São Paulo.

Com os recursos destinados pela Portaria GM/MS nº 2313/02, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, por meio do PM DST/Aids, lançou, em 2010, a primeira Seleção Pública para Financiamento de Projetos de Ação Comunitária a serem executados por OSC sem fins lucrativos. Os projetos aprovados nessa primeira seleção foram concluídos no primeiro semestre de 2013.

Essa foi uma importante medida para a efetivação e consolidação da política pública de saúde destinada ao enfrentamento das DST, HIV e aids no município de São Paulo: ampliou o leque de ações por meio de parcerias intersetoriais, fortaleceu a resposta social à epidemia de aids e colaborou para reduzir a discriminação e o preconceito contra aqueles que vivem com HIV/aids e demais populações vulneráveis.



No município de São Paulo, os 21 projetos que compuseram o processo mais recente de seleção procuraram atender cada sujeito que busca orientação ou apoio para a garantia de seus direitos. Essas são questões centrais para edificar políticas de prevenção e de tratamento, tão necessárias, que demandam articulação constante e interlocução diária. A participação popular e o controle social das ações desenvolvidas "in loco", e também da política macroinstitucional, compõem a resposta ampliada à epidemia, na perspectiva dos direitos humanos.

Nada disso seria possível sem o trabalho desenvolvido continuamente pelas organizações não governamentais em seu tempo e espaço. A importância desse trabalho pode ser visualizada em cada uma das ações aqui registradas.

José de Filippi Junior
Secretário Municipal da Saúde